



## Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.df@dabr.com.br

### O grito de indignação

Nos tempos em que lecionava em uma faculdade, questioneei bastante a música sertaneja. Uma aluna replicou que eu estava ofendendo o seu gosto musical. Esclareci que não; o meu ponto de vista era apenas o de um analista cultural. Simplesmente, discutia valores culturais.

A primeira fase de minha adolescência ocorreu sob a órbita da Jovem Guarda de Roberto Carlos, Erasmo Carlos de Wanderleia. Quando eu tinha 13 ou 14 anos, comprava os discos, lia as revistas

e estampava nas paredes do quarto pôsteres de Wanderleia como se ela fosse uma estrela hollywoodiana.

Pois bem, o tempo passou, tornei-me jornalista cultural e, aos 22 anos, portanto, oito anos depois, entrevistei Wanderleia em Brasília. Ela foi muito simpática, lembrei do fascínio da adolescência, mas observei que, agora, eu tinha uma visão crítica da Jovem Guarda. Wanderleia disse que aquele período havia sido maravilhoso, no entanto, também não era mais uma adolescente e cantava um repertório diferente. Evoquei o episódio porque queria mostrar à aluna que o nosso gosto estético não é absoluto; é relativo, depende dos valores, da educação e das experiências.

Logo depois da Jovem Guarda, entrei

em contato com a Tropicália, de Caetano Veloso, Gilberto Gil e Gal Costa, nos programas de tevê. Caetano aparecia dentro de uma jaula, vestido com o parangolé de Hélio Oiticica, jogando bananas e cantando: “É preciso estar atento e forte/Não temos tempo de temer a morte/Tudo é perigoso/Tudo é divino maravilhoso”.

A Tropicália caiu em minha cabeça como um objeto não identificado. Todavia, aos poucos, percebi que ela fazia uma colagem surreal e crítica de dimensões contraditórias do Brasil: o samba e o rock, o tamborim e a guitarra, a bossa e a fossa, o palácio e a palhoça, a poesia de vanguarda e a breguice, Luiz Gonzaga e Vicente Celestino, os parangolés de Hélio Oiticica e os arranjos eruditos de Rogério Duprat, a alta costura e a alta cultura.

Caetano Veloso declarou, recentemente, no tom quase sempre provocativo, que a música breganeja e o funk carioca eram a nova tropicália. Com todo respeito e com a quase devoção que tenho por Caetano, permita-me discordar. Parece-me que a música breganeja e o funk carioca (apesar da inventividade musical) constituem, não a nova tropicália, mas, sim, a nova mediocrália.

A música breganeja é de uma alienação e de um conformismo inacreditáveis. É uma trilha sonora da distopia. Enquanto isso, algumas letras do funk são revoltantes pelo desrespeito às mulheres.

Em compensação, fico impressionado com a atualidade dramática do rock e do punk da década de 1980. O rock da década de 1980 nasceu do

inconformismo do punk.

Confirmam a indignação expressa na canção *Inimizade*, do grupo Cólera, diante da servidão voluntária: “Inimizade eu tenho por aqueles que querem comandar/Que querem obter o poder às custas de enganar e roubar/Inimizade eu tenho também aos que se deixam enganar/Que fecham os olhos pra não ver os grandes roubarem/Inimizade, inimizade! Eu não sei!”

Essas canções explosivas foram compostas na década de 1980, mas nunca estiveram tão atuais ante o conformismo de quem vive alienado na bolha virtual. São gritos primais de insubmissão, provocação e alerta: “Como esse mundo vai pra frente/se só existe delinquente?/O mundo acabará numa grande explosão/Cegos, surdos e mudos nada ouvirão”.

**EDUCAÇÃO /** Professores percebem avanços no comportamento após a proibição de celulares, enquanto especialistas e autoridades alertam para os riscos da exposição precoce às redes sociais e à pressão por comportamentos adultos

# PF alerta estudantes sobre redes

» MARIANA SARAIVA

O uso da tecnologia por crianças e adolescentes voltou ao centro das discussões no Distrito Federal. Com a sanção no início do ano da Lei Federal nº 15.100/2025, que proíbe o uso de celulares e aparelhos eletrônicos por estudantes em instituições públicas e privadas, escolas da capital começam a sentir os efeitos da medida. Além disso, nos últimos dias, o debate de um tema relacionado ganhou força, a adultização de crianças e adolescentes.

Um questionário aplicado pela Secretaria de Educação (SEEDF) a professores mostrou, no primeiro semestre, que 70% dos profissionais da rede pública avaliam a restrição a celulares em sala como eficaz, apontando avanços claros no comportamento, na atenção e no engajamento dos alunos.

“Essa medida é fundamental para que o estudante volte a perceber a sala de aula como espaço de aprendizado. O celular compete com o conteúdo e, muitas vezes, vence, porque oferece estímulos imediatos. Sem ele, conseguimos resgatar a concentração e o convívio saudável”, destacou o delegado Thiago Rodrigues, da Polícia Federal, durante a palestra Prevenção aos Crimes Cibernéticos contra Crianças e Adolescentes, promovida em parceria com SEEDF para 1,2 mil estudantes das 14 regionais de ensino do DF.

O delegado, um dos voluntários do projeto Guardiões da Infância alerta que o uso desenfreado das telas não se limita a prejudicar o rendimento escolar. “O celular tem muito mais atratividade do que uma aula de matemática, mas é a matemática que prepara o aluno para o futuro. Se deixarmos que o digital dite as prioridades, abriremos caminho para riscos sérios e crimes on-line. O que preocupa é a falsa sensação de intimidade. Muitos adolescentes acreditam que alguém com quem conversam on-line há semanas é confiável, mas, na prática, trata-se de um desconhecido. Essa ingenuidade abre caminho para abusos, chantagens”, afirma.

Rodrigues destaca que o objetivo do projeto não é demonizar a tecnologia, mas dar informação. “Quando o estudante entende como os criminosos agem, ele se torna mais capaz de se proteger. Conhecimento é a principal ferramenta contra a exploração digital.”

Bruna Gaston CB/DA Press



Mais de mil alunos do ensino público acompanharam a palestra promovida em parceria entre a SEEDF e a PF

### Adultização

Além da restrição tecnológica nas escolas, outro fenômeno preocupa educadores e autoridades: a adultização de crianças e adolescentes, intensificada pelas redes sociais. A questão ganhou força após a repercussão de um vídeo do youtuber Felca, que expôs conteúdos digitais com forte erotização infantil. A pressão foi tamanha que a Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira (21/8), um projeto de lei que estabelece o “dever de cuidado” das plataformas digitais em relação a menores de idade, impondo responsabilidades às empresas que não protegerem esse público.

Para a SEEDF, a adultização é um problema social que atinge em cheio o ambiente escolar. “Estamos diante de um fenômeno que compromete o desenvolvimento integral das crianças. Ao se depararem precocemente com conteúdos adultos, elas reproduzem discursos e atitudes inapropriadas e se tornam mais vulneráveis a criminosos que se escondem no ambiente digital”, explicou Ana Beatriz Goldstein, da Assessoria Especial de Cultura de Paz da pasta.



Ana Beatriz Goldstein, da Assessoria Especial de Cultura de Paz da SEEDF, detalha as consequências. “Crianças adultizadas podem apresentar comportamentos mais agressivos, autoritários ou sexualizados, dificultando a socialização saudável com os colegas. Muitas vezes sofrem de ansiedade, estresse e falta

de foco, o que prejudica diretamente o aprendizado. Além disso, passam a se isolar ou tentam liderar de maneira inadequada, criando desigualdades nas interações escolares”, afirma.

Ela acrescenta que o fenômeno ainda rouba da infância algo essencial: o brincar. “Quando o tempo de brincar é substituído por coreografias sensuais do TikTok ou pela imitação de influenciadores, as crianças perdem um espaço vital para a criatividade, a imaginação e a socialização. Isso fragiliza a autoestima, gera distorções da autoimagem e, em alguns casos, abre portas para abusos”, alerta.

Na avaliação de Ana Beatriz, iniciativas como palestras sobre crimes cibernéticos e programas de integridade são cruciais. “Projetos desse tipo educam nossos estudantes sobre os perigos do ambiente digital e promovem uma cultura de responsabilidade. Quanto mais cedo a criança desenvolve senso crítico, mais preparada ela estará para navegar com segurança e preservar sua privacidade”, conclui.

Para enfrentar os desafios, a SEEDF tem investido em iniciativas de conscientização. Um exemplo é o programa Na Moral, criado em parceria com o Ministério Público do DF, que trabalha valores como ética, empatia, respeito e responsabilidade. Em 2024, a iniciativa impactou mais de 30 mil estudantes e, neste ano, foi transformada em política pública, alcançando 76 escolas da rede.

### O olhar das escolas

O *Correio* ouviu o diretor-geral do Colégio Sigma, Marcelo Tavares, sobre o tema. Para ele, é positivo que o debate tenha sido reaberto, mas não se trata de um problema novo. “Nos anos 1980 e 1990, víamos crianças em programas de TV dançando músicas de teor erótico, muitas vezes orientadas por apresentadoras em trajes mínimos. O que muda agora é que vivemos em uma sociedade mais crítica e consciente, que não aceita essas práticas. Mas a adultização se tornou mais difícil de controlar, pois está enraizada no anonimato das redes e na lógica da monetização rápida”, avalia.

Segundo ele, o risco maior está na forma como os próprios menores passam a enxergar a infância. “Há uma percepção de que ser criança é algo bobo, ingênuo ou dispensável. Isso cria uma lacuna enorme na formação, já que a infância é o período em que se consolidam experiências e repertórios essenciais. O resultado são comportamentos artificiais, voltados apenas para a busca de popularidade, que aumentam os casos de bullying e preconceito contra quem não segue as tendências”, afirma.

Tavares defende que a escola deve assumir um papel central nesse debate, promovendo ações pedagógicas que valorizem o universo infantil. “É preciso estimular o prazer pelo brincar, celebrar conquistas acadêmicas, promover a convivência ética e discutir responsabilidade digital, incluindo o uso da inteligência artificial. Só assim conseguimos equilibrar riscos e potencialidades das tecnologias”, ressalta.

### Tecnologia

Para o professor João Nunes Modesto, pesquisador da Universidade Estadual de Goiás, a questão não é simplesmente proibir ou liberar o uso das telas, mas encontrar um ponto de equilíbrio. “Respeitando as faixas etárias recomendadas por entidades como a Sociedade Brasileira de Pediatria e a Organização Mundial da Saúde, o celular pode, sim, ser um recurso pedagógico válido. O problema é o uso excessivo, que compromete a atenção, a memória e a concentração. Cada notificação que chega fragmenta o foco do estudante, reduzindo a qualidade do aprendizado”, explica.

Ele defende que escolas adotem políticas claras sobre tecnologia. “É fundamental que professores, gestores e alunos saibam até onde o uso é permitido e de que forma. Esse diálogo evita frustrações e ajuda a construir um ambiente de aprendizagem mais equilibrado e saudável”, completa.

## JORGE LUIZ RIBEIRO DE MEDEIROS

PROCURADOR DA REPÚBLICA

★ 1982 † 2021

Quatro anos são passados!

JORGE...Quanta saudade, meu filho!

Nossos corações — meu (Medeiros), de sua querida mãe (Paz Therezinha), dos irmãos Ana e André — permanecem envoltos na eterna lembrança. Olhamos Lucas (neto), Luiza (neta) e sua esposa Adriana e vemos o filho amado. Agora e sempre, retornamos — como se fosse um sonho feliz — ao tempo em que estiveste entre nós.

Saudades...